



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PORTABILIDADE PELO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

- Responsável pelo tratamento: **TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA**
- Número de Identificação Fiscal: 600 009 092
- Sede: Palácio Barahona, Rua da República, 141 a 143, 7004-501 ÉVORA
- E-mail: evora.administrativos.tr@tribunais.org.pt

2. DADOS DO/A REQUERENTE

Senhor/Senhora _____, maior de idade, residente em _____, portador/a do cartão de cidadão número _____, válido até _____, e do *e-mail* _____, exerce através do presente documento o **Direito de Portabilidade** dos seus dados, em conformidade com o previsto no artigo 20.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e com a legislação nacional aplicável em matéria de proteção de dados, e, conseqüentemente,

3. REQUER, que:

1. Se proceda à portabilidade dos dados pessoais em relação aos quais o direito é exercido, para (selecionar o que se pretende):

- Receber os dados pessoais que tenha fornecido ao **TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA**, num formato estruturado, de uso corrente e leitura automática;
- Transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, neste caso à/ao _____, através do seguinte meio (inserir *e-mail* ou morada) _____, sem que o **TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA** o possa impedir, num prazo máximo de 1 (um) mês a contar da receção do presente pedido, e que se notifique por escrito o resultado da portabilidade praticada;



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

2. Na eventualidade de o Responsável de Tratamento concluir que não é possível dar seguimento à portabilidade proposta, se comunique essa situação fundamentadamente, no prazo máximo de 1 (um) mês após a receção do presente pedido a fim de, no caso de ser necessário, apresentar reclamação à autoridade de controlo ou intentar ação judicial, nos termos da legislação vigente em matéria de proteção de dados.

Em _____, a ___ de _____ de _____

Assinatura

(Assinatura igual ao documento de identificação)

O direito à portabilidade consiste no direito de receber num formato estruturado, de uso corrente e leitura automática os dados pessoais do titular dos dados, e no direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento sem que o responsável a quem os dados pessoais foram fornecidos o possa impedir. Também pode ser exercido através de representação legal, caso em que, além do documento comprovativo da sua identidade, deve ser fornecido o documento comprovativo da identidade do representante e ainda um documento que legitime a representação do terceiro.